

## Introdução ao comentário de Jean Hyppolite sobre a "Verneinung" de Freud

SEMINÁRIO DE TÉCNICA FREUDIANA  
DE 10 DE FEVEREIRO DE 1954<sup>1</sup>

Vocês puderam avaliar quão fecundo se revela nosso método de recorrer aos textos de Freud para submeter a um exame crítico e, em especial, da noção de resistência.

Com efeito, a adulteração sofrida por esta última noção assume sua gravidade pela indicação que Freud consagrou com sua autoridade: a de dar precedência, na técnica, à análise das resistências. Pois, se com isso Freud pretendeu dar uma virada na prática, cremos só haver confusão e contra-senso na maneira como alguns se autorizam por uma ordem de urgência para nela apoiar uma técnica que desconhece nada menos do que aquilo a que se aplica.

A questão é o sentido que convém restituir aos preceitos dessa técnica, que, por terem sido logo reduzidos a fórmulas prontas, perderam a virtude indicativa que só poderiam conservar numa compreensão autêntica da verdade da experiência que estão destinados a conduzir. Freud, naturalmente, tanto quanto aqueles que praticam sua obra, tampouco poderia negligenciá-los. Mas, como vocês puderam comprovar, isso não é o forte dos que, em nossa disciplina, entrincheiram-se com mais alarde por trás da primazia da técnica — sem dúvida para se protegerem da inegável

1. Fornecemos aqui o texto colhido de um dos colóquios do seminário realizado na clínica da Faculdade, no hospital Sainte-Anne, e dedicado, durante o ano de 53-54, aos escritos técnicos de Freud e à atualidade a que concernem. Ele foi apenas ampliado com algumas remissões, que pareceram úteis, a lições anteriores, sem que por isso tenha sido possível eliminar a dificuldade de acesso inerente a todo e qualquer fragmento escolhido de um ensino.

concomitância que alia a esta, com efeito, os progressos da teoria, no uso apatetado dos conceitos analíticos, única coisa capaz de justificar a técnica que lhes é própria.

Quando se procura examinar um pouco mais de perto o que representa no uso dominante a análise das resistências, fica-se bastante decepcionado. Pois o que primeiro impressiona, à leitura de doutrinações, é que o manejo dialético de qualquer idéia lhes é tão impensável, que eles nem sequer saberiam reconhecê-lo quando nele são precipitados, do mesmo modo que o sr. Jourdain fazia prosa sem saber, por uma prática à qual a dialética é de fato imanente. Por conseguinte, não conseguem deter nisso sua reflexão sem se agarrar, em pânico, às objetivações mais simplistas, ou até às mais grosseiramente imajantes.

Assim, a resistência acaba sendo mais imaginada do que concebida por eles, segundo o que ela conota em seu emprego semântico médio,<sup>2</sup> ou seja, se examinarmos bem esse emprego, numa acepção transitiva indefinida. Graças a isso, "o sujeito resiste" é entendido como "ele resiste a..." — A quê? Sem dúvida, às tendências na conduta que impõe a si mesmo como sujeito neurótico, à confissão delas nas justificativas que ele propõe de sua conduta ao analista. Mas, como as tendências voltam à carga, e como a técnica desta feita está ali, supõe-se que essa resistência seja seriamente posta à prova: portanto, para mantê-la, é preciso que ele contribua com algo de seu e, antes mesmo que tenhamos tempo de nos voltar, eis-nos deslizando para o ramerrão da idéia obtusa de que o doente "se defende". Pois o absurdo só se ratifica em definitivo por sua junção com outro abuso da linguagem: aquele que faz com que o termo defesa se beneficie da carta branca que lhe confere seu uso na

2. Este, diga-se de passagem, certamente comporta oscilações nada desprezíveis quanto à acentuação de sua transitividade, conforme o tipo de alteridade a que se aplique. Diz-se *to resist the evidence* [resistir às provas] e *to resist the authority of the Court* [opor-se à autoridade da Corte], mas, inversamente, diz-se *nicht der Versuchung widerstehen* [não resistir à tentação]. Note-se a gama de nuances que podem distribuir-se com muito mais facilidade na diversidade do semantema em alemão: *widerstehen* [resistir, repugnar a], — *Widerstreben* [resistência], — *sich sträuben gegen* [opor-se a/teimar em não], *andauern* [persistir em], *fortbestehen* [continuar, perdurar], mediante o que *widerstehen* pode ser intencionalmente mais adequado ao sentido que destacaremos como sendo o sentido propriamente analítico da resistência.

medicina, sem que nos apercebamos — pois não se é melhor médico por ser mau psicanalista — de que aí também as contas foram mal dadas quanto à sua noção, se é a seu sentido correto em fisiopatologia que se pretende fazer eco, e de que não deixamos de trair — pois não se é mais instruído em psicanálise por ser ignorante em medicina — a aplicação perfeitamente abalizada que Freud fez dela em seus primeiros textos sobre a patogenia das neuroses.

Mas haverá quem nos diga: se vocês centrarem o enfoque de uma idéia confusa em seu ponto mais baixo de desagregação, acaso vocês não caem no erro do que é propriamente chamado de um processo tendencioso? É que, ainda por cima, responderemos, nada detém nessa caída os usuários de uma técnica assim equipada, pois os preceitos com que eles adornam sua confusão original em nada remédiam as suas conseqüências. Assim, profere-se que o sujeito nada pode nos comunicar senão de seu eu e por seu eu — aí está o olhar de desafio do bom senso tornando a ditar as ordens; que é preciso, para chegar a alguma coisa, visar a reforçar o eu ou, pelo menos, faz-se essa correção, sua parte sadia — e tiram os chapéus ante essa asneira; que, no uso do material analítico, devemos proceder por camadas — essas camadas das quais, certamente, trazemos no bolso a planta garantida; que assim iremos do superficial para o profundo — nada de carroça adiante dos bois; que, para tanto, o segredo dos mestres é analisar a agressividade — nada de carroça que mate os bois; enfim, eis a dinâmica da angústia e os arcanos de sua economia — que ninguém toque, se não for engenheiro hidráulico especializado, nos potenciais desse mana sublime. Todos esses preceitos, convém dizer, e seus adereços teóricos serão abandonados por nossa atenção, porque são simplesmente macarrônicos.

Com efeito, a resistência só pode ser desconhecida em sua essência, caso não seja compreendida a partir das dimensões do discurso em que se manifesta na análise. E fomos encontrá-las, de imediato, na metáfora com que Freud ilustrou sua primeira definição. Refiro-me àquela que comentamos em sua época<sup>3</sup> e

3. Cf. GW, I, p.290-307, no capítulo "Zur Psychotherapie der Hysterie", p.254-312, de autoria de Freud, nos *Studien über Hysterie*, publicados em 1895, com Breuer. Existe uma edição inglesa dos *Studies on Hysteria* [e uma brasileira, *Estudos sobre a histeria*, ESB, II, Rio de Janeiro, Imago, 2ª ed. rev., 1986].

que evoca as pautas em que o sujeito desenrola “longitudinalmente”, para empregar o termo de Freud, as cadeias de seu discurso, segundo uma partitura cujo leit-motiv é o “núcleo patogênico”. Na leitura dessa partitura, a resistência manifesta-se “radialmente”, termo oposto ao precedente, e com um aumento proporcional à proximidade entre a linha em processo de decifração e aquela que a fornece, concluindo a melodia central. E isso a tal ponto que esse aumento, sublinha Freud, pode ser tomado como a medida dessa proximidade.

[372]

Foi nessa metáfora que alguns até pretenderam encontrar a indicação da tendência mecanicista de que estaria carregado o pensamento de Freud. Para captar a incompreensão de que essa restrição dá mostras, basta nos referirmos à pesquisa que fizemos, passo a passo, nos sucessivos esclarecimentos trazidos por Freud à noção de resistência, e especialmente ao texto em que estamos e onde ele apresenta sua fórmula mais clara.

Que nos diz Freud ali, de fato? Ele nos desvenda um fenômeno estruturante de qualquer revelação da verdade no diálogo. Existe a dificuldade fundamental que o sujeito encontra naquilo que tem a dizer; a mais comum é a que Freud demonstrou no recalque, ou seja, essa espécie de discordância entre o significado e o significante que é determinada por toda censura de origem social. A verdade pode sempre ser comunicada, nesse caso, nas entrelinhas. Ou seja, quem quer dá-la a entender sempre pode recorrer à técnica indicada pela identidade entre a verdade e os símbolos que a revelam, isto é, atingir seus fins introduzindo num texto, deliberadamente, discordâncias que correspondem criptograficamente às impostas pela censura.

O sujeito verdadeiro, isto é, o sujeito do inconsciente, não procede de outro modo na linguagem de seus sintomas, que é menos decifrada pelo analista do que vem dirigir-se a ele de maneira cada vez mais consistente, para satisfação sempre renovada de nossa experiência. Foi isso, com efeito, o que esta reconheceu no fenômeno da transferência.

O que diz o sujeito que fala, por mais vazio que seja seu discurso a princípio, extrai seu efeito da aproximação que ali se efetua da fala em que ele converteria plenamente a verdade expressa por seus sintomas. Deixemos claro desde já que essa fórmula é de um alcance mais genérico, como veremos hoje, do que o fenômeno do recalque pelo qual acabamos de introduzi-la.

Seja como for, é na medida em que o sujeito chega ao limite do que o momento permite a seu discurso efetuar com a fala que se produz o fenômeno no qual Freud nos mostra o ponto de articulação entre a resistência e a dialética analítica. Pois esse momento e esse limite equilibram-se na emergência, fora do discurso do sujeito, do traço que pode dirigir-se mais particularmente a vocês naquilo que ele está dizendo. E essa conjuntura é promovida à função de pontuação de sua fala. Para tornar apreensível esse efeito, servimo-nos da imagem de que a fala do sujeito bascula para a presença do ouvinte.<sup>4</sup>

Essa presença, que é a relação mais pura de que o sujeito é capaz para com um ser, e que é tão mais vivamente sentida como tal quanto menos qualificado é esse ser para ele, essa presença, momentaneamente liberta na extremidade dos véus que a recobrem e a eludem no discurso comum, na medida em que ele se constitui como discurso do *se* [on] precisamente para esse fim, essa presença é assinalada, no discurso, por uma escansão suspensiva, amiúde conotada por um momento de angústia, como lhes mostrei num exemplo da minha experiência.

Daí a importância da indicação que nos deu Freud a partir da dele, ou seja, a de que quando o sujeito se interrompe em seu discurso, vocês podem ter certeza de que está tomado por um pensamento relacionado com o analista.

Essa indicação, vocês a verão confirmada, na maioria das vezes, ao formularem ao sujeito a pergunta: "Em que você está pensando neste instante, relacionado com aquilo que aqui o cerca e, mais exatamente, comigo, que o escuto?" E mais, a satisfação íntima que vocês poderão extrair ao ouvir comentários mais ou menos indelicados sobre sua aparência geral e seu humor do dia, sobre o gosto que denota a escolha de sua mobília ou a maneira como vocês se enfatiotaram, não basta para justificar sua iniciativa, se vocês não souberem o que esperam dessas observações e a idéia, aceita por muitos, de que elas dão à agressividade do

4. Aí se há de reconhecer a fórmula pela qual introduzimos, nos primórdios de nosso ensino, aquilo de que se trata aqui. O sujeito, dizíamos, começa a análise falando de si sem falar com vocês, ou falando com vocês sem falar de si. Quando puder falar de si com vocês, a análise estará terminada.

sujeito a oportunidade de se descarregar é, propriamente falando, imbecil.

A resistência, dizia Freud antes da elaboração da nova tópica, é essencialmente um fenômeno do *eu*. Entendamos o que isso quer dizer. Isso nos permitirá, mais tarde, compreender o que se entende da resistência, quando ela é relacionada às outras instâncias do sujeito.

O fenômeno aqui em questão mostra uma das formas mais puras em que o *eu* pode manifestar sua função na dinâmica da análise. Com o que é preciso apreender que o *eu*, tal como opera na experiência analítica, nada tem a ver com a suposta unidade da realidade do sujeito que a chamada psicologia geral abstrai como instituída em suas "funções sintéticas". O eu de que estamos falando é absolutamente impossível de distinguir das captações imaginárias que o constituem dos pés à cabeça, tanto em sua gênese como em seu status, em sua função como em sua atualidade, por um outro e para um outro. Em outras palavras, a dialética que sustenta nossa experiência, situando-se no nível mais envolvente da eficácia do sujeito, obriga-nos a compreender o eu, de ponta a ponta, no movimento de alienação progressiva em que se constitui a consciência de si na fenomenologia de Hegel.

O que quer dizer que, se vocês lidam, no momento que estamos estudando, com o *ego* do sujeito, é porque são, nesse momento, o suporte de seu *alter ego*.

Lembrei-lhes que um de nossos colegas, desde então curado do prurido do pensamento que ainda o atormentava numa época em que ele cogitava sobre as indicações da análise, tomou-se de uma desconfiança por essa verdade; aliás, o milagre da inteligência, iluminando seu rosto, fez com que seu discurso sobre as referidas indicações culminasse no anúncio da novidade de que a análise deveria ficar subordinada à condição primordial de o sujeito ter o sentimento do outro como existente.

É exatamente aqui que começa a questão: qual é o tipo de alteridade pelo qual o sujeito se interessa nessa existência? Pois é dessa mesma alteridade que o eu do sujeito participa, a tal ponto que, se há um conhecimento propriamente classificatório para o analista, e de natureza a satisfazer essa exigência de orientação prévia que a nova técnica proclama, num tom ainda

mais fanfarrão por lhe desconhecer até mesmo o princípio, trata-se daquele que define em cada estrutura neurótica o setor acessível aos álibis do *ego*.

Em suma, o que esperamos da resposta do sujeito ao lhe fazer a pergunta estereotipada, que freqüentemente o libertará do silêncio que assinala a vocês esse momento privilegiado da resistência, é que ele lhes mostre *quem* está falando, e com *quem*: o que constitui tão somente uma única e mesma questão.

Mas, fica a critério de vocês fazê-lo entender isso, interpe-lando-o no lugar imaginário em que ele se situa: isso se dará conforme vocês possam ou não ligar o gracejo dele ao ponto de seu discurso em que sua fala houver topado.

Assim, vocês homologarão esse ponto como uma pontuação correta. E é aí que se conjuga harmoniosamente a oposição, que seria desastroso sustentar em termos formais, entre a análise da resistência e a análise do material. Técnica na qual vocês se formam, na prática, no chamado seminário de supervisão.

Para aqueles, no entanto, que houverem aprendido uma outra, cuja sistemática conheço muito bem, e que ainda lhe dão algum crédito, observarei que, certamente, não deixarão de obter uma resposta atual ao registrarem a agressividade do sujeito em relação a vocês, e até ao mostrarem uma certa perspicácia ao reconhecer nela, de um modo contrastante, a “necessidade de amor”. Após o que a arte de vocês verá abrir-se diante de si o campo dos manejos da defesa. Grande coisa! Acaso não sabemos que nos confins onde a fala se demite começa o âmbito da violência, e que ela já reina ali, mesmo sem que a provoquemos?

Logo, se vocês levarem para aí a guerra, conheçam pelo menos seus princípios, e saibam que seus limites são desconhecidos quando ela não é compreendida, seguindo um Clausewitz, como um caso particular do comércio humano.

Sabemos que foi ao reconhecer, sob o nome de guerra total, sua dialética interna, que este veio a formular que ela exige ser considerada como o prolongamento dos meios da política.

Isso permitiu a praticantes mais avançados na experiência moderna da guerra social, que ele prenunciou, deduzirem o corolário de que a primeira regra a observar seria não deixar escapar o momento em que o adversário torna-se diferente do que era — o que indicaria proceder rapidamente à divisão dos objetivos em jogo que funda as bases de uma paz eqüitativa.

[375]

Vocês são de uma geração que pôde provar que essa arte é desconhecida pelos demagogos, que são tão incapazes de se desprender das abstrações quanto um psicanalista comum. É por isso que as próprias guerras que eles vencem só fazem gerar contradições em que mal se tem a oportunidade de reconhecer seus efeitos prometidos.

Por conseguinte, eles se lançam impetuosamente à empreitada de humanizar o adversário que lhes caiu sob as garras em sua derrota — chegando até a pedir socorro ao psicanalista para que colaborasse no restabelecimento das *human relations*, em que este, do jeito que anda conduzindo as coisas, não hesita em se extraviar.

Nada disso parece descabido ao nos depararmos, nesse caminho, com a nota de Freud na qual já me detive no mesmo texto, e talvez isso esclareça com uma nova luz o que ele pretende dizer-nos com a observação de que não se deve inferir, pela batalha que às vezes se encarna durante meses em torno de uma fazenda isolada, que esta representa o santuário nacional de um dos combatentes, ou que abriga uma de suas indústrias de guerra. Em outros termos, o sentido de uma ação defensiva ou ofensiva não deve ser buscado no objeto que ela aparentemente disputa com o adversário, mas, antes, no desígnio de que ela faz parte e que define o adversário por sua estratégia.

O humor obsidional que se deixa traír na morosidade da análise das defesas daria, portanto, com certeza frutos mais encorajadores para os que nela se fiam, se ao menos eles a pusessem na escola da luta real mínima, que lhes ensinaria que a resposta mais eficaz a uma defesa não é fazer-lhe uma demonstração de força.

Neles, com efeito, trata-se apenas, na impossibilidade de se adstringirem às vias dialéticas em que se elaborou a análise, e na falta de talento para voltar ao uso puro e simples da sugestão, de recorrer a uma forma pedante desta última, em favor de um psicologismo que permeia a cultura. Com o que não deixam de oferecer a seus contemporâneos o espetáculo de pessoas que não foram atraídas para sua profissão por outra coisa senão ficarem em condições de ter sempre a última palavra, e que, por encontrarem nela um pouco mais de dificuldade do que em outras atividades ditas liberais, exibem a figura ridícula de Purgons<sup>5</sup>

[377]

5. Purgon, personagem de *O doente imaginário*, de Molière, é o típico médico

obcecados com a “defesa” de qualquer um que não compreenda por que sua filha é muda.<sup>6</sup>

Nisso, porém, eles só fazem reingressar na dialética do eu e do outro que produz o impasse do neurótico e que torna sua situação solidária ao preconceito de sua má vontade. É por isso que me ocorre dizer que não existe na análise outra resistência senão a do analista. Pois esse preconceito só pode ceder diante de uma verdadeira conversão dialética, ainda que ela tenha que ser fomentada no sujeito por um exercício contínuo. É nisso que se resumem realmente todas as condições da formação do psicanalista.

Fora dessa formação, continuará sempre dominante o preconceito que encontrou sua fórmula mais estável na concepção do pitiatismo. Mas outras a haviam precedido, e quero apenas inferir o que Freud haveria de pensar disso, relembrando seus sentimentos diante da mais recentemente surgida na época de sua juventude. Extraio esse testemunho do capítulo IV de seu grande escrito sobre a *Psicologia das massas e análise do eu*. Ele fala dos espantosos esforços de sugestão de que foi testemunha junto a Bernheim em 1899.

“Lembro-me”, diz ele, “da revolta surda que, já nessa época, eu experimentava contra a tirania da sugestão, quando se gritava a um doente que não se mostrasse muito flexível: *‘Qu’est-ce que vous faites donc? Vous vous contre-suggestionnez!’* (em francês no texto).<sup>7</sup> Dizia comigo mesmo que essa era a mais gritante das injustiças e violências, que o doente tinha todo o direito de recorrer à contra-sugestão, quando estavam tentando subjugar-lo por artifícios de sugestão. Minha resistência tomou em seguida o sentido mais exato de me insurgir contra o fato

ignorante e formalista que atribui enorme importância às mais insignificantes receitas. (N.E.)

6. *Et voilà pourquoi votre fille est muette*: frase evocada para ridicularizar uma expressão verbosa e incoerente. Trata-se de uma alusão a um trecho da peça de Molière, *Le médecin malgré lui*: “...une certaine malignité, qui est causée... par l’âcreté des humeurs engendrées dans la cavité du diaphragme, il arrive que ses vapeurs... Ossabondus, nequeys, nequer, potarium quipsa mulus. Voilà justement ce qui fait que votre fille est muette.” (N.E.)

7. “Mas, que é que o senhor está fazendo? O senhor está se contra-sugestionando!” (N.E.)

de que a sugestão, que explicava tudo, se furtasse, por sua vez, à explicação. Eu ficava repetindo a seu respeito a velha brincadeira:

*Cristóvão carregava Cristo,  
Cristo carregava o mundo inteiro,  
Diga-me, então: onde é que Cristóvão  
podia firmar os pés?”*

E, se Freud continua deplorando que o conceito de sugestão tenha descambado para uma concepção cada vez mais relaxada, que tão cedo não lhe permitiria prever o esclarecimento do fenômeno, o que ele não teria dito do uso atual da noção de resistência, e quanto não teria no mínimo incentivado nosso esforço de restringir tecnicamente seu emprego? De resto, nossa maneira de reintegrá-la no conjunto do movimento dialético da análise talvez seja o que nos permitirá, um dia, fornecer uma fórmula da sugestão à prova dos critérios da experiência.

Tal é o desígnio que nos guia quando esclarecemos a resistência no momento de transparência em que ela se apresenta, segundo a feliz expressão do sr. Mannoni, pela ponta transfereencial.

E é por isso que a esclarecemos através de exemplos onde se pode ver em jogo a mesma síncope dialética.

Assim é que fizemos caso daquele caso<sup>8</sup> com que Freud ilustra de maneira quase acrobática o que entende por desejo do sonho. Pois, se ele o expõe para cortar pela raiz a objeção da alteração que o sonho sofreria por sua rememoração no relato, evidencia-se claramente que a elaboração do sonho só lhe interessa na medida em que se realiza no próprio relato, isto é, que o sonho só tem valor para ele como vetor da fala. Tanto que todos os fenômenos que ele indica, de esquecimento e até mesmo de dúvida, que vêm entrar o relato, devem ser interpretados como significantes nessa fala, e que, mesmo que só persista de um sonho um resíduo tão fugaz quanto a lembrança flutuante do gato que se subtrai

8. GW, II-III, p.522, n.1. SE, V, p.517, n.2; *Science des rêves*, p.427 [A interpretação dos sonhos, ESB, IV-V, Rio de Janeiro, Imago, 2ª ed. rev., 1987, p.475-6].

inquietantemente diante dos olhos de Alice, isso serve apenas para tornar mais evidente que se trata, nesse caso, do fragmento partido daquilo que constitui no sonho sua ponta transferencial, ou, noutras palavras, daquilo que, no dito sonho, dirige-se diretamente ao analista. No caso, por intermédio do termo “canal”, único vestígio subsistente do sonho, isto é, por um sorriso, mas um sorriso impertinente de mulher, com o qual aquela a quem Freud se dera o trabalho de fazer saborear sua teoria do *Witz* acolhe sua homenagem, e que se traduz na frase que encerra a história divertida que, a convite de Freud, ela associa ao termo “canal”: “Do sublime ao ridículo há apenas um passo.”

Do mesmo modo, no exemplo de esquecimento de um nome que antes tomamos literalmente como o primeiro a surgir<sup>9</sup> na *Psicopatologia da vida cotidiana*, pudemos apreender que a impossibilidade de Freud de evocar o nome de Signorelli, no diálogo mantido com o colega que era então seu companheiro de viagem, correspondeu ao fato de que, ao censurar em sua conversa anterior com esse homem tudo o que os ditos dele lhe sugeriam — tanto por seu conteúdo quanto pelas lembranças que lhe vinham em cortejo — sobre a relação do homem e do médico com a morte, ou seja, com o mestre senhor absoluto, *Herr, signor*, Freud literalmente abandonara em seu parceiro, afastara de si, portanto, a metade partida (no sentido mais material do termo, entenda-se) da espada da fala, e por algum tempo, exatamente aquele em que continuou a se dirigir ao dito parceiro, não mais pudera dispor desse termo como material significativo, por continuar ligado à significação recalçada — ainda mais que o tema da obra cujo autor se tratava de encontrar em Signorelli, ou seja, o afresco do Anticristo em Orvieto, só fazia historiar sob forma das mais manifestas, embora apocalíptica, esse domínio, mestria da morte.

Mas será possível nos contentarmos aqui em falar de recalque? Sem dúvida, podemos garantir-nos que ele está presente, pelas simples sobredeterminações que Freud nos fornece do fenômeno,

9. Esse exemplo realmente inaugura o livro, *GW*, IV, p.5-12, *Psychopathologie de la vie quotidienne*, p.1-8 [*Sobre a psicopatologia da vida cotidiana*, *ESB*, VI, Rio de Janeiro, Imago, 2ª ed. rev., 1987, p.19-24].

e podemos também confirmar, pela atualidade de suas circunstâncias, a importância do que quero fazê-los entender na fórmula: o inconsciente é o discurso do Outro.

Pois o homem que, no ato da fala, reparte com seu semelhante o pão da verdade, partilha a mentira.

Mas, basta dizer isso? E poderia a fala aí retraída não se extinguir diante do ser-para-a-morte, depois de se haver dele aproximado num nível em que somente o chiste ainda é viável, sendo que as aparências de seriedade para responder à sua gravidade já não funcionavam senão como hipocrisia?

Assim, a morte nos traz a questão daquilo que nega o discurso, bem como de saber se é ela que introduz neste a negação. Pois a negatividade do discurso, na medida em que faz existir o que não está ali, remete-nos à questão de saber o que o não-ser, que se manifesta na ordem simbólica, deve à realidade da morte.

Assim é que o eixo dos pólos em que se orientava um primeiro campo da fala, cuja imagem primordial é o material da tésseira (onde encontramos a etimologia do símbolo), é aqui atravessado por uma dimensão secundária não recalçada, mas necessariamente um engodo. Ora, é dela que surge, com o não-ser, a definição da realidade.

Desse modo, já vemos saltar o cimento com que a chamada nova técnica costuma tapar suas fissuras, qual seja, um recurso, desprovido de qualquer crítica, à relação com o real.

Pareceu-me impossível fazer melhor, para que vocês soubessem que essa crítica é absolutamente consubstancial ao pensamento de Freud, do que confiar a demonstração disso ao sr. Jean Hyppolite, que não apenas ilustra este seminário com o interesse que vem lhe trazer, mas que, por sua presença, é para vocês como que um garante de que eu não me perca em minha dialética.

Pedi-lhe que comentasse de Freud um texto muito curto, mas que, por se situar em 1925, isto é, bem mais adiante no desenvolvimento do pensamento de Freud, já que é posterior aos grandes textos sobre a nova tópica,<sup>10</sup> leva-nos ao cerne da nova questão levantada por nosso exame da resistência. Refiro-me ao texto sobre a denegação.

10. Iríamos consagrar o ano que se seguiu ao texto intitulado *Para-alm do princípio do prazer*.

O sr. Jean Hyppolite, ao se encarregar desse texto, desobriga-me de um exercício em que minha competência está longe de alcançar a sua. Agradeço-lhe por haver aceito meu pedido e lhe passo a palavra sobre a *Verneinung*.<sup>11</sup>

11. Leremos o discurso do sr. Hyppolite como apêndice deste volume, na p. 893.

[381]

*Resposta ao comentário  
de Jean Hyppolite  
sobre a "Verneinung" de Freud*

Espero que a gratidão que todos experimentamos pela gentileza que nos fez sr. Jean Hyppolite, com sua luminosa exposição, possa justificar aos olhos de vocês, não menos do que aos dele, espero, a insistência que empenhei em lhe rogar que a fizesse.

Não estará demonstrado aí, mais uma vez, que, ao propor ao espírito menos prevenido, ainda que decerto não o menos tarimbado, o texto de Freud que eu diria ser o de interesse mais local, na aparência, nele encontramos essa riqueza inesgotável de significações que o oferece por destinação à disciplina do comentário? Não um desses textos bidimensionais, infinitamente planos, como dizem os matemáticos, que tem apenas valor fiduciário num discurso constituído, mas um texto veículo de uma fala, na medida em que ela constitui uma nova emergência da verdade.

Se convém aplicar a esse tipo de texto todos os recursos de nossa exegese, não é apenas, como vocês têm aqui o exemplo, para interrogá-lo sobre suas relações com aquele que é seu autor, modo de crítica histórica ou literária cujo valor de "resistência" deve saltar aos olhos de um psicanalista formado, mas, antes, para fazê-lo responder às perguntas que ele formula a nós mesmos, para tratá-lo como uma fala verdadeira, diríamos, se conhecêssemos nossos próprios termos, em seu valor de transferência.

Isso, é claro, supõe que o interpretemos. Haverá, com efeito, melhor método crítico do que aquele que aplica à compreensão de uma mensagem os princípios mesmos de compreensão de que ela se faz veículo? Esse é o modo mais racional de comprovar sua autenticidade.

A fala plena, com efeito, define-se por sua identidade com aquilo de que fala. E esse texto de Freud nos fornece um luminoso



exemplo disso, confirmando nossa tese do caráter transpsicológico do campo psicanalítico, como o sr. Jean Hyppolite acaba de lhes dizer em termos apropriados.

Eis por que os textos de Freud revelam ter, no final das contas, um verdadeiro valor formativo para o psicanalista, ao habituá-lo, como ele deve estar — nós o ensinamos expressamente —, ao exercício de um registro fora do qual sua experiência não é mais nada.

Pois não se trata de nada menos do que sua adequação ao nível do homem no qual ele se apreende, pense o que pensar — ao qual ele é chamado a responder, queira o que quiser — e pelo qual assume, haja o que houver, a responsabilidade. Isso é dizer que ele não está livre para se furtar a tal por um recurso hipócrita à sua qualificação médica e uma referência indeterminada aos fundamentos da clínica.

É que o *new deal* psicanalítico mostra mais de uma cara; na verdade, ele a modifica segundo os interlocutores, de modo que, passado algum tempo, ele tem tantas que lhe sucede ser apanhado em seus próprios alibis, fiar-se ele mesmo neles, ou encontrar-se neles por engano.

Quanto ao que acabamos de ouvir, quero apenas indicar-lhes hoje as vias que isso abre para nossas investigações mais concretas.

O sr. Hyppolite, por sua análise, fez-nos transpor a espécie de desfiladeiro, marcado pela diferença de nível no sujeito, da criação simbólica da negação em relação à *Bejahung*. Essa criação do símbolo, ressaltou ele, deve ser concebida como um momento mítico, mais do que como um momento genético. Pois não podemos sequer relacioná-la com a constituição do objeto, uma vez que ela concerne a uma relação do sujeito com o ser, e não do sujeito com o mundo.

Assim, Freud, nesse curto texto, como na totalidade de sua obra, mostra-se muito à frente de sua época e bem longe de estar em falta com os aspectos mais recentes da reflexão filosófica. Não que ele se antecipe em nada ao moderno desenvolvimento do pensamento sobre a existência. Mas o citado pensamento é apenas o aparato que detecta em alguns, e recobre em outros, os contragolpes mais ou menos bem compreendidos de uma meditação sobre o ser que vem contestar toda a tradição de nosso pensamento como saída de uma confusão primordial do ser no ente.

[382]

Ora, não podemos deixar de nos impressionar com o que transparece constantemente, na obra de Freud, de uma proximidade desses problemas, a qual permite pensar que as repetidas referências às doutrinas pré-socráticas não trazem o simples testemunho de um uso discreto de notas de leitura (que aliás seria contrário à reserva quase mistificante que Freud observa na manifestação de sua imensa cultura), mas de uma apreensão propriamente metafísica de problemas por ele atualizados.

O que Freud designa aqui por afetivo, portanto, não tem, se é que voltar a isso é preciso, nada a ver com o uso que fazem desse termo os defensores da nova psicanálise, ao se servirem dele como de uma *qualitas occulta* psicológica para designar essa vivência, cujo ouro sutil, a lhes darmos ouvidos, seria fornecido apenas pela decantação de uma alquimia superior, mas cuja busca, quando os vemos ofegar diante de suas formas mais tolas, evoca somente a suspeita de uma liga pouco nobre.

O afetivo, nesse texto de Freud, é concebido como aquilo que, de uma simbolização primordial, conserva seus efeitos até mesmo na estruturação discursiva. Essa estruturação, dita ainda intelectual, é própria para traduzir sob a forma de desconhecimento o que essa primeira simbolização deve à morte.

Somos assim levados a uma espécie de interseção do simbólico e do real, que podemos dizer imediata, na medida em que ela opera sem intermediário imaginário, mas que se mediatiza, ainda que precisamente sob uma forma que se renega, pelo que foi excluído no primeiro tempo da simbolização.

Essas fórmulas lhes são acessíveis, malgrado sua aridez, por tudo o que condensam do uso, no qual vocês têm a gentileza de me seguir, das categorias do simbólico, do imaginário e do real.

Quero dar-lhes uma idéia dos lugares férteis cuja chave é o que chamei há pouco de desfiladeiro que elas definem.

Para tanto, extrairéi de dois campos diferentes dois exemplos como premissas; o primeiro, do que essas fórmulas podem esclarecer sobre as estruturas psicopatológicas e, ao mesmo tempo, fazer compreender na nosografia; o segundo, do que elas fazem compreender da clínica psicoterápica e, ao mesmo tempo, esclarecem quanto à teoria da técnica.

O primeiro concerne à função da alucinação. Seguramente, seria impossível superestimar a amplitude do deslocamento que

[383]

[384]

se produziu na formulação desse problema pela abordagem dita fenomenológica de seus dados.

Mas, seja qual for o progresso aqui efetuado, o problema da alucinação nem por isso acha-se menos centrado nos atributos da consciência do que antes. Estorvo para uma teoria do pensamento que buscava na consciência a garantia de sua certeza e, como tal, situada na origem da hipótese dessa contrafação da consciência que a gente entende como pode sob o nome de epifenômeno, é novamente e mais do que nunca a título de fenômeno da consciência que a alucinação vem a ser submetida à redução fenomenológica: no que cremos ver seu sentido render-se à trituração das formas componentes de sua intencionalidade.

Não há exemplo mais espantoso de tal método do que as páginas dedicadas à alucinação por Maurice Merleau-Ponty na *Fenomenologia da percepção*. Mas os limites da autonomia da consciência que ele apreende tão admiravelmente no próprio fenômeno são por demais sutis de manejar para barrar o caminho da simplificação grosseira da noese alucinatória em que caem os psicanalistas atualmente, utilizando às avessas as noções freudianas para motivar numa irrupção do princípio do prazer a consciência alucinada.<sup>1</sup>

Seria fácil demais, no entanto, objetar a isso que o noema da alucinação, aquilo a que se chamaria vulgarmente seu conteúdo, de fato mostra apenas a mais contingente relação com uma satisfação qualquer do sujeito. Por conseguinte, a preparação fenomenológica do problema permite entrever que ela já não tem valor, aqui, senão para enunciar os termos de uma verdadeira conversão da questão, ou seja, saber se a noese do fenômeno tem alguma relação necessária com seu noema.

É aqui que o artigo de Freud posto na ordem do dia ocupa seu lugar de apontar à nossa atenção o quanto o pensamento freudiano é mais estruturalista do que se admite nas idéias aceitas. Pois se falseia o sentido do princípio do prazer ao desconhecer que, na teoria, ele nunca é formulado sozinho.

1. Como exemplo desse simplismo, podemos indicar o relatório de H. de Saussure no Congresso de Psiquiatria de 1950 e o uso que ele faz ali, para todos os fins, desta noção francamente nova: a emoção alucinada!

Pois a configuração estrutural, nesse artigo, tal como o sr. Hyppolite acaba de explicitá-la diante de vocês, leva-nos de imediato, se soubermos ouvi-lo, para-além da conversão que evocamos como necessária. E é com essa conversão que tentarei acostumá-los ao analisar um exemplo onde quero que vocês sintam a promessa de uma reconstituição realmente científica dos dados do problema, da qual talvez sejamos juntos os artífices, desde que encontremos para apreendê-lo os meios que até hoje se furtaram à alternativa crucial da experiência.

Não preciso, para encontrar esse exemplo, ir além da retomada daquele que se ofereceu a nós na última vez, para interrogar um momento significativo da análise do "Homem dos Lobos".<sup>2</sup>

Acho que ainda está presente em sua memória a alucinação cujo vestígio o sujeito encontra com a lembrança. Ela surgiu erraticamente em seu quinto ano de vida, assim como na ilusão, cuja falsidade seria demonstrada, de já tê-la contado a Freud. O exame desse fenômeno se tornará para nós mais leve pelo que conhecemos de seu contexto. Pois não é de fatos acumulados que pode surgir uma luz, mas de um fato bem relatado, com todas as suas correlações, isto é, com aquelas que, na impossibilidade de compreender o fato, justamente o esquecemos — salvo pela intervenção do gênio que, não menos justamente, já formula o enigma como se conhecesse sua ou suas soluções.

Esse contexto, vocês já o têm nos obstáculos que esse caso apresentou à análise, e nos quais Freud parece progredir de surpresa em surpresa. Pois é claro que ele não tinha a onisciência que permite a nossos neo-praticantes colocar o planejamento do caso como princípio da análise. Aliás, é nessa observação que ele afirma com máxima força o princípio contrário, ou seja, o de que preferiria renunciar ao equilíbrio inteiro de sua teoria do que desconhecer as mais ínfimas particularidades de um caso que a contestasse. O que equivale a dizer que, se a soma da experiência analítica permite destacar algumas formas gerais, uma análise só progride do particular para o particular.

Os obstáculos do presente caso, bem como as surpresas de Freud, por menos que vocês se lembrem não apenas do que veio

[386]

2. GW, XII, p.103-21 [*História de uma neurose infantil*, ESB, XVII, Rio de Janeiro, Imago, 1ª ed.].

à luz da última vez, mas do comentário que fiz a esse respeito no primeiro ano de meu seminário,<sup>3</sup> situam-se plenamente em nossa questão de hoje. A saber, a “intelectualização” do processo analítico, de um lado, e a manutenção do recalque, malgrado a conscientização do recalcado, de outro.

É assim que Freud, em sua inflexível inflexão à experiência, constata que, embora o sujeito tenha manifestado em seu comportamento um acesso, e não sem audácia, à realidade genital, esta permaneceu como letra morta para seu inconsciente, onde reina sempre a “teoria sexual” da fase anal.

Desse fenômeno, Freud discerne a razão no fato de que a posição feminina assumida pelo sujeito, na captação imaginária do trauma primordial (ou seja, aquele cuja historicidade dá à comunicação do caso seu principal motivo), torna-lhe impossível aceitar a realidade genital sem a ameaça, desde então inevitável para ele, da castração.

Porém o que ele diz da natureza do fenômeno é muito mais notável. Não se trata, diz-nos, de um recalque (*Verdrängung*), pois o recalque não pode ser distinguido do retorno do recalcado pelo qual aquilo de que o sujeito não pode falar, ele o grita por todos os poros de seu ser.

Da castração, diz-nos Freud, esse sujeito *nada queria saber no sentido do recalque — er vor ihr nichts wissen wolte im Sinne der Verdrängung*.<sup>4</sup> E, para designar esse processo, ele emprega o termo *Verwerfung*, para o qual proporemos, pensando bem, o termo “supressão” [*retranchement*].<sup>5</sup>

Seu efeito é uma abolição simbólica. Pois, quando Freud diz: “*Er verwarf sie*, ele suprimiu a castração” (acrescentando: “*und blieb auf dem Standpunkt des Verkehrs im After*, e permaneceu no *statu quo* do coito anal”<sup>6</sup>), ele continua: “Não se pode dizer por isso que tenha sido propriamente formulado nenhum juízo

3. Ou seja, em 1951-52.

4. *GW*, XII, p.117; *Cinq psychanalyses*, p.389 [ESB, XVII].

5. Sabe-se que, pesando melhor esse termo, traduzi-lo por “foraclusão” prevaleceu, por intervenção nossa. [O termo inicial a que Lacan se refere é *retranchement*: supressão, eliminação, corte (de parte de um todo), retirada, subtração, diminuição. (N.E.)]

6. *GW*, XII, p.117; *Cinq psychanalyses*, p.389 [ESB, XVII].

sobre sua existência, mas foi exatamente como se ela nunca houvesse existido.”<sup>7</sup>

Algumas páginas antes, ou seja, logo depois de haver determinado a situação histórica desse processo na biologia de seu sujeito, Freud concluía distinguindo-o expressamente do recalque, nos seguintes termos: *Eine Verdrängung ist etwas anderes als eine Verwerfung*.<sup>8</sup> O que, na tradução francesa, é-nos apresentado nestes termos: “Um recalque é algo diferente de um juízo que rejeita e escolhe.” Deixo a critério de vocês julgar que tipo de malefício é preciso admitir no destino dado aos textos de Freud em francês, se nos recusarmos a crer que os tradutores combinaram entre si torná-los incompreensíveis, sem falar do que acrescenta a esse efeito a completa extinção da vivacidade de seu estilo.

O processo de que se trata aqui sob o nome de *Verwerfung*, e que não tenho notícia de que algum dia tenha sido objeto de um comentário um pouquinho consistente na literatura analítica, situa-se muito precisamente num dos tempos que sr. Hyppolite acaba de destacar para vocês na dialética da *Verneinung*: trata-se exatamente do que se opõe à *Bejahung* primária e constitui como tal aquilo que é expulso. Como vocês comprovarão por um sinal cuja evidência os surpreenderá. Pois é aqui que nos encontramos no ponto em que os deixei da última vez, e que nos será muito mais fácil de transpor depois do que acabamos de aprender com o discurso do sr. Hyppolite.

Irei adiante, portanto, sem que os mais apaixonados pela idéia de desenvolvimento, se ainda há algum deles aqui, possam objetar-me a data tardia do fenômeno, uma vez que o sr. Hyppolite lhes mostrou de maneira admirável que é miticamente que Freud o descreve como primordial.

A *Verwerfung*, portanto, corta pela raiz qualquer manifestação da ordem simbólica, isto é, da *Bejahung* que Freud enuncia como o processo primário em que o juízo atributivo se enraíza, e que não é outra coisa senão a condição primordial para que, do real, alguma coisa venha se oferecer à revelação do ser, ou, para empregar a linguagem de Heidegger, seja deixado-ser. Pois é

7. *Idem*.

8. *GW*, XII, p.111; *Cinq psychanalyses*, p.385 [ESB, XVII].

justamente a esse ponto recuado que Freud nos leva, uma vez que é só depois dele que se poderá encontrar o que quer que seja como ente.

Tal é a afirmação inaugural, que já não pode ser renovada senão através das formas veladas da fala inconsciente, pois é somente pela negação da negação que o discurso humano permite voltar a ela.

Mas, com o que não foi deixado ser nessa *Bejahung*, o que então advém? Freud nos disse inicialmente: o que o sujeito assim suprimiu (*verworfen*) da abertura para o ser, dizíamos, não será reencontrado em sua história, se designarmos por esse nome o lugar onde o recalcado vem a reaparecer. É que — peço-lhes que notem como é impressionante essa fórmula, por não ter a menor ambigüidade — o sujeito *não quererá* “saber nada disso no sentido do recalque”. Pois, com efeito, para que ele tivesse que conhecê-lo nesse sentido, seria preciso que isso, de algum modo, tivesse vindo à luz pela simbolização primordial. Mais uma vez, porém, que acontece com isso? O que acontece, vocês podem ver: *o que não veio à luz do simbólico aparece no real*.

Porque é assim que se deve compreender a *Einbeziehung ins Ich*, a introdução no sujeito, e a *Austossung aus dem Ich*, a expulsão para fora do sujeito. É esta última que constitui o real, na medida em que ele é o domínio do que subsiste fora da simbolização. E é por isso que a castração, aqui suprimida pelo sujeito dos próprios limites do possível, mas igualmente subtraída, por isso, das possibilidades da fala, vai aparecer no real, erratically, isto é, em relações de resistência sem transferência — diríamos, para retomar a metáfora de que nos servimos há pouco, como uma pontuação sem texto.

Pois o real não espera e não espera nomeadamente o sujeito, já que nada espera da fala. Mas está ali, idêntico à sua existência, ruído onde tudo se pode ouvir, e prestes a submergir com seus estrondos o que o “princípio de realidade” constrói nele sob o nome de mundo externo. Isso porque, se o juízo de existência funciona mesmo como o entendemos no mito freudiano, é justamente às custas de um mundo do qual a astúcia da razão retirou duas vezes sua parte.

Não há outro valor a dar, com efeito, à reiteração da divisão entre o fora e o dentro articulada pela frase de Freud: *Es ist*

*wie man sieht, wieder eine Frage des Aussen und Innen*. “Trata-se novamente, como se vê, de uma questão do fora e do dentro.” Em que momento, de fato, surge essa frase? — Primeiro houve a expulsão primária, isto é, o real como externo ao sujeito. Depois, no interior da representação (*Vorstellung*), constituída pela reprodução (imaginária) da percepção primária, a discriminação da realidade como aquilo que, do objeto dessa percepção primária, não apenas é instaurado como existente pelo sujeito, mas pode ser reencontrado (*wiedergefunden*) no lugar onde este pode apoderar-se dele. É somente nisso que a operação, por mais desencadeada que seja pelo princípio do prazer, escapa a seu domínio. Mas, nessa realidade que o sujeito tem que compor segundo a gama bem temperada de seus objetos, o real, como suprimido da simbolização primordial, *já está presente*. Poderíamos até dizer que fala sozinho. E o sujeito pode vê-lo emergir dela sob a forma de uma coisa que está longe de ser um objeto que o satisfaça, e que só da maneira mais incongruente concerne à sua intencionalidade atual: é a alucinação, como algo que se diferencia radicalmente do fenômeno interpretativo. Coisa da qual vemos aqui, sob a pena de Freud, o testemunho transcrito tal como ditado pelo sujeito.

O sujeito lhe conta, com efeito, que, “quando tinha cinco anos, estava brincando no jardim ao lado de sua babá e fazia entalhes na casca de uma das nogueiras (cujo papel conhecemos em seu sonho). De repente, observou, com um terror inexprimível, que havia cortado seu dedo mínimo (da mão direita ou esquerda? — ele não sabe), e que esse dedo estava preso apenas pela pele. Ele não sentiu nenhuma dor, porém uma grande ansiedade. Não teve coragem de dizer o que quer que fosse à babá, que estava apenas a alguns passos dele; deixou-se cair num banco e assim permaneceu, incapaz de lançar outro olhar para o dedo. No fim, acalmou-se, olhou bem para o dedo e — vejam só! — ele estava perfeitamente intacto.”

Deixemos a Freud a preocupação de nos confirmar, com seu escrúpulo habitual, através de todas as ressonâncias temáticas e das correlações biográficas que extrai do sujeito por meio da associação, toda a riqueza simbólica do roteiro alucinado. Mas, quanto a nós, não nos deixemos fascinar por ela.

As correlações do fenômeno nos ensinarão mais, quanto ao que nos interessa, do que o relato que o submete às condições

de transmissibilidade do discurso. Que seu conteúdo se dobre a este tão facilmente, que chegue até a se confundir com os temas do mito ou da poesia, decerto levanta uma questão, que se formula prontamente, mas que talvez exija ser reformulada num segundo tempo, nem que seja por sabermos, logo de saída, que a solução simples não é suficiente aqui.

Na verdade, destaca-se do relato do episódio um fato que de modo algum é necessário à sua compreensão, antes pelo contrário: é a impossibilidade em que ficou o sujeito de falar dele naquele momento. Há nisso, observe-se, uma inversão da dificuldade relacionada com o caso de esquecimento de um nome que analisamos há pouco. Lá, o sujeito deixou de dispor do significante; aqui, pára diante da estranheza do significado. E isso, a ponto de não poder comunicar o sentimento que experimenta, nem mesmo sob a forma de um apelo, embora tenha a seu alcance a pessoa mais apropriada para ouvi-lo: sua amada Nania.

Longe disso, se vocês me permitem a familiaridade do termo da gíria, por seu valor expressivo, ele não dá um pio; o que descreve sobre sua atitude sugere a idéia de que não é apenas numa posição de imobilidade que se afunda, mas numa espécie de funil temporal de onde retorna sem ter podido contar as voltas de sua descida e sua subida, e sem que seu retorno à superfície do tempo comum tenha correspondido em nada a seu esforço.

O traço de mutismo aterrorizado reencontra-se de maneira notável num outro caso, quase calcado neste, e relatado por Freud a propósito de um correspondente ocasional.<sup>9</sup>

O traço do abismo temporal não deixará de mostrar correlações significativas.

Vamos encontrá-las, com efeito, nas formas atuais em que se produz a rememoração. Vocês sabem que o sujeito, no momento de iniciar seu relato, supôs primeiro que já o havia contado, e que esse aspecto do fenômeno pareceu a Freud que merecia ser considerado à parte, fazendo-se objeto de um dos textos que constituem este ano nosso programa.<sup>10</sup>

9. Cf. "Über fausse reconnaissance ("déjà raconté") während der psychoanalytischen Arbeit", *GW*, X, p. 116-23, trecho citado, p.122. Trad. inglesa, *Coll. Papers*, II, 334-41, p.340 ["Fausse reconnaissance (déjà raconté) no tratamento psicanalítico", *ESB*, XIII, Rio de Janeiro, Imago, 1ª ed.].

10. É o artigo citado há pouco.

A própria maneira como Freud chega a explicar essa ilusão da lembrança, ou seja, pelo fato de o sujeito haver contado em várias ocasiões o episódio da compra feita por um tio, a seu pedido, de um canivete de bolso, enquanto sua irmã ganhara um livro, só reterá nossa atenção pelo que implica da função da lembrança encobridora.

Outro aspecto do movimento da rememoração parece-nos convergir para a idéia que iremos enunciar. É a correção que o sujeito faz secundariamente, ou seja, a de que a noqueira de que se trata no relato, e que não nos é menos familiar do que a ele quando ele evoca sua presença no sonho de angústia — que é, de certa maneira, a peça mestra do material desse caso —, é sem dúvida trazida para este de outro lugar, isto é, de uma outra lembrança de alucinação em que é da própria árvore que ele faz brotar sangue.

Não nos indica esse conjunto, num caráter como que extra-temporal da rememoração, alguma coisa como o selo de origem do que é rememorado?

E acaso não encontramos nesse caráter algo, não idêntico, mas que poderíamos dizer complementar ao que se produz no famoso sentimento do *déjà vu*, que, desde que passou a constituir a cruz dos psicólogos, nem por isso foi esclarecido, apesar do número de explicações que recebeu, e as quais não é por acaso nem por gosto pela erudição que Freud relembra no artigo de que falávamos há pouco?

Poderíamos dizer que o sentimento do *déjà vu* vem ao encontro da alucinação errática, que é o eco imaginário que surge como resposta a um ponto da realidade que pertence ao limite onde ele foi suprimido do simbólico.

Isso quer dizer que o sentimento de irreabilidade é exatamente o mesmo fenômeno que o sentimento de realidade, se designarmos por esse termo o "clique" que assinala o ressurgimento, raro de obter, de uma lembrança esquecida. O que faz com que o segundo seja sentido como tal é que ele se produz no interior do texto simbólico que constitui o registro da rememoração, ao passo que o primeiro corresponde às formas imemoriais que aparecem no palimpsesto do imaginário, quando o texto, ao se interromper, desnuda o suporte da reminiscência.

Só é preciso, para compreender isso na teoria freudiana, entendê-la até o fim, pois, se nela toda representação vale apenas

pelo que reproduz da percepção primeira, tal recorrência não pode deter-se nesta senão a título mítico. Essa observação já remetera Platão à idéia eterna; e preside, em nossos dias, o renascimento do arquétipo. Quanto a nós, contentar-nos-emos em observar que é apenas pelas articulações simbólicas que a enredam a um mundo inteiro que a percepção adquire seu caráter de realidade.

Mas o sujeito não experimenta um sentimento menos convincente ao esbarrar no símbolo que originalmente suprimiu de sua *Bejahung*. Pois nem por isso esse símbolo entra no imaginário. Ele constitui, diz-nos Freud, aquilo que não existe propriamente; e é como tal que ek-siste, pois nada existe senão sobre um suposto fundo de ausência. Nada existe senão na medida em que não existe.

Do mesmo modo, é isso que aparece em nosso exemplo. O conteúdo da alucinação, tão maciçamente simbólico, deve seu aparecimento no real ao fato de não existir para o sujeito. Com efeito, tudo indica que este continuou fixado, em seu inconsciente, numa posição feminina imaginária que tira todo o sentido de sua mutilação alucinatória.

Na ordem simbólica, os vazios são tão significativos quanto os cheios; realmente parece, ao ouvir Freud hoje, que é a hiância de um vazio que constitui o primeiro passo de todo o seu movimento dialético.

É justamente isso que explica, ao que parece, a insistência do esquizofrênico em reiterar esse passo. Em vão, já que, para ele, todo o simbólico é real.

E bem diferente, nisso, do paranóico, de quem mostramos em nossa tese as estruturas imaginárias preponderantes, isto é, a retro-ação para um tempo cíclico, que torna tão difícil a anamnese de seus distúrbios, de fenômenos elementares que são apenas pré-significantes, e que só depois de uma organização discursiva longa e penosa conseguem estabelecer, constituir, esse universo sempre parcial a que se chama um delírio.<sup>11</sup>

11. *De la psychose paranoïaque dans ses rapports avec la personnalité*, Paris, Le François, 1932 [*Da psicose paranóica em suas relações com a personalidade*, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1987].

Detenho-me nestas indicações, que retomaremos num trabalho clínico, para dar um segundo exemplo que põe à prova nossas colocações de hoje.

Esse exemplo concerne a um outro modo de interferência entre o simbólico e o real, não, desta vez, sofrido pelo sujeito, mas por ele atuado. Trata-se do modo de reação que se designa na técnica pelo nome de *acting out*, nem sempre bem delimitando seu sentido; e veremos que nossas considerações de hoje são propícias a renovar sua noção.

O *acting out* que examinaremos, por ser aparentemente de tão pouca conseqüência para o sujeito quanto a alucinação que acaba de nos reter, nem por isso é menos demonstrativo. Se não deverá permitir-nos ir tão longe, é porque o autor de quem o tomamos emprestado não exhibe o poder de investigação e a penetração divinatória de Freud, e porque, para tirar dele maior instrução, logo nos faltará material.

Com efeito, ele é relatado por Ernst Kris, autor cuja importância no entanto reside em fazer parte do triunvirato que se encarregou de dar ao *new deal* da psicologia do *ego* seu status de algum modo oficial, e até mesmo passar como sendo a cabeça pensante desta.

Nem por isso ele nos dá uma fórmula mais segura, e os preceitos técnicos que esse exemplo pretensamente ilustra, no artigo "Ego psychology and interpretation in psychoanalytic therapy",<sup>12</sup> desembocam, em seu vaivém — onde se distinguem as nostalgias do analista de velha cepa —, em noções preto-e-branco cujo exame adiaremos para depois, sempre na esperança, aliás, da vinda do simplório que, enfim calibrando em sua ingenuidade essa presunção do analista normalizador, lhe desfira, sem que ninguém tenha que se intrometer, o golpe definitivo.

Consideremos, por ora, o caso que ele nos apresenta, para trazer à luz a elegância com que, podemos dizer, ele o destacou, e isso em razão de princípios dos quais sua intervenção decisiva mostra a aplicação magistral: entenda-se, o apelo ao *ego* do sujeito, a abordagem "pela superfície", a referência à realidade e *tutti quanti*.

12. Publicado em *The Psychoanalytic Quarterly*, v. XX, nº1, janeiro.

Eis, portanto, um sujeito que ele recebeu em posição de segundo analista. Esse sujeito está gravemente bloqueado em sua profissão, profissão intelectual que parece não muito distante da nossa. Isso é o que se traduz ao nos ser dito que, embora ocupando uma posição acadêmica respeitada, ele não conseguia avançar para um posto mais elevado, pela impossibilidade de publicar suas pesquisas. O entrave é a compulsão mediante a qual ele se sente impelido a pegar as idéias dos outros. Obsessão com o plágio, portanto, ou com o plagiar. No ponto em que se encontra, depois de haver obtido uma melhora pragmática de sua primeira análise, sua vida gravita em torno de um *scholar* brilhante, no tormento incessantemente alimentado de evitar roubar as idéias dele. De qualquer modo, um trabalho está prestes a ser publicado.

E um belo dia, eis que ele chega à sessão com um ar de triunfo. Está feita a prova: ele acaba de pôr as mãos num livro, na biblioteca, que contém todas as idéias do seu. Pode-se dizer que não conhecia o livro, já que apenas passara os olhos nele, não fazia muito tempo. Não obstante, ei-lo plagiador, a despeito de si mesmo. A analista (uma mulher) que fizera seu primeiro período de análise (*tranche*, como se diz em nossa *slang*) tinha mesmo razão quando lhe dizia algo como “quem roubou, roubará”, já que, também na puberdade, era comum ele surrupiar livros e doces.

É aí que Ernst Kris, por sua ciência e sua audácia, intervém, não sem a consciência de nos fazer aquilatar-las, sentimento em que talvez o deixemos a meio caminho. Ele pede para ver esse livro. Ele o lê. Descobre que nada justifica o que o sujeito acredita ler nele. Somente ele é que atribui ao autor ter dito tudo o que ele pretende dizer.

A partir de então, diz-nos Kris, a questão muda de figura. Logo transpira que o colega eminente se apoderara reiteradas vezes das idéias do sujeito, arranjara-as a seu gosto e simplesmente as copiara, sem fazer menção a ele. E era isso que o sujeito temia tirar-lhe, sem reconhecer ali seu patrimônio.

Anuncia-se uma nova era de compreensão. Se eu dissesse que o grande coração de Kris lhe havia aberto as portas, decerto não obteria seu assentimento. Ele me diria, com a seriedade proverbialmente atribuída ao papa, que havia seguido o princípio geral de abordar os problemas pela superfície. E por que não diríamos também que ele os toma pelo lado de fora, e até que bem se

poderia ler uma pitada de don-quixotismo inadvertido na maneira como toma decisões em matéria tão delicada quanto o fato do plágio?

A inversão de intenção cuja lição hoje tivemos que reaprender em Freud leva a alguma coisa, sem dúvida, mas não está dito que seja à objetividade. Na verdade, se podemos ter certeza de que não será sem proveito que resgataremos a bela alma de sua revolta contra a desordem do mundo, para pô-la de sobreaviso quanto ao papel que desempenha nele, o inverso não é verdadeiro, e não deve bastar-nos que alguém se acuse de uma má intenção para que lhe asseguremos que ele não é absolutamente culpado.

Seria uma bela oportunidade, no entanto, de podermos nos dar conta de que, se há ao menos um preconceito do qual o psicanalista deveria se desvencilhar pela psicanálise, é o da propriedade intelectual. Isso sem dúvida teria facilitado, para aquele que aqui seguimos, reencontrar-se na maneira como seu próprio paciente o ouvia.

E, já que se salta a barreira de uma interdição, aliás mais imaginária do que real, para permitir ao analista um juízo documentado, por que não perceber que é permanecer no abstrato não examinar o conteúdo próprio das idéias aqui em litígio, posto que ele não poderia ser indiferente?

A incidência vocacional da inibição, em suma, talvez não deva ser totalmente negligenciada, ainda que seus efeitos profissionais pareçam evidentemente mais importantes na perspectiva culturalmente especificada do *success*.

Pois, se pude notar uma certa reserva na exposição dos princípios de interpretação abarcados por uma psicanálise doravante voltada para a *ego psychology*, não nos poupam, ao contrário, no comentário do caso, de nada.

Reconfortando-se, de passagem, com um encontro que lhe parece dos mais felizes com as fórmulas do honorável sr. Bibring, o sr. Kris nos expõe seu método: “Trata-se de determinar, num período preparatório (*sic*), os *patterns* de comportamento presentes e passados do sujeito (cf. p.24 do artigo). Aqui se notarão, primeiro, suas atitudes de crítica e admiração em relação às idéias dos outros; depois, a relação destas com as idéias próprias do paciente.” Que me desculpem por seguir o texto passo a passo. É que é preciso, aqui, que ele não nos deixe nenhuma dúvida quanto ao pensamento de seu autor. “Uma vez nesse

ponto, a comparação entre a produtividade do paciente e a dos outros deve ser examinada com o máximo detalhe. Por último, a deturpação de imputar aos outros suas próprias idéias poderá enfim ser analisada, e o mecanismo do 'deve e haver', tornado consciente."

Um dos saudosos mestres de nossa juventude, a quem no entanto não podemos dizer que tenhamos seguido nos últimos circunlóquios de seu pensamento, já havia designado o que nos é descrito aqui pelo nome de "balancismo". Claro, não se deve desdenhar de tornar consciente um sintoma obsessivo, mas outra coisa muito diferente é fabricá-lo por inteiro.

Abstratamente formulada, essa análise, descritiva, segundo nos é esclarecido, não me parece todavia muito diferenciada do que nos é relatado sobre o modo de abordagem que a primeira analista teria seguido. Pois não nos fazem mistério de que se trata da sra. Melitta Schmideberg, citando-se uma frase extraída de um comentário que ela teria feito publicar desse caso: "Um paciente que, durante a puberdade, cometera furtos de vez em quando, (...) conservou, mais tarde, um certo pendor para o plágio (...) A partir daí, já que para ele a atividade estava ligada ao roubo, o esforço científico ao plágio... etc."

Não pudemos verificar se essa frase esgota o papel exercido na análise pela autora em questão, de vez que uma parte da literatura analítica, infelizmente, passou a ser de muito difícil acesso.<sup>13</sup>

Mas compreendemos melhor a ênfase do autor cujo texto temos em mãos quando ele alardeia sua conclusão: "Agora é possível comparar os dois tipos de abordagem analítica."

Isso porque, à medida que ele vai precisando concretamente em que consiste o seu, vemos o que quer dizer essa análise dos *patterns* do comportamento do sujeito: trata-se, propriamente, de inscrever esse comportamento nos padrões do analista.

Não é que não se remexa em mais nada. E vemos desenhar-se, com o pai e o avô, uma situação a três de aspecto muito atraente, ainda mais que o primeiro parece não ter conseguido, como acontece, manter-se no nível do segundo, um sábio eminente em

13. Cf., se for possível: Melitta Schmideberg, "Intellektuelle Hemmung und Es-Störung", *Atschr. f. psch. Päd.*, VIII, 1934.

sua especialidade. Nesse ponto, há algumas artimanhas a respeito do avô e do pai que não era grande,<sup>14</sup> às quais talvez houvéssemos preferido algumas indicações sobre o papel da morte em todo esse jogo. Que os peixes grandes e pequenos das pescarias com o pai simbolizam a clássica "comparação" que, em nosso mundo mental, assumiu o lugar ocupado noutros séculos por outras mais galantes, não temos dúvida! Mas nada disso, se me atrevo a dizer, parece-me pescado pelo lado certo.

Não darei outra prova disso senão o corpo de delito prometido em meu exemplo, ou seja, justamente o que o sr. Kris nos apresenta como o troféu de sua vitória. Ele acredita ter atingido o objetivo, e comunica isso a seu paciente: "Só as idéias dos outros é que são interessantes, são as únicas boas de pegar; apossar-se delas é uma questão de saber como proceder" — assim traduzo o *engineering*, pois acho que ele faz eco ao célebre *how to* norte-americano, vejamos se não é isto: uma questão de planejamento.

"Nesse ponto de minha interpretação", diz-nos Kris, "aguardei a reação de meu paciente. O paciente calou-se, e a própria duração desse silêncio", afirma ele, pois vai medindo seus efeitos, "tem uma significação especial. Então, como que tomado por uma súbita luz, ele proferiu estas palavras: 'Ao meio-dia, quando saí da sessão antes do almoço, e antes de voltar ao escritório, sempre dou uma volta pela rua tal' (uma rua, explica-nos o autor, muito conhecida por seus restaurantes pequenos, mas onde se é bem servido) "e espio os cardápios atrás das vitrines da entrada. É num desses restaurantes que costumo encontrar meu prato predileto: miolos frescos."

Essa é a palavra final de sua observação. Mas o vivíssimo interesse que tenho pelos casos da sugerida geração de ratos por montanhas<sup>15</sup> há de retê-los por mais um momento, espero, se eu lhes pedir para examinar isto comigo.

[398]

14. Lacan usa aqui as expressões *grand-père* (avô) e *père qui n'était pas grand*. (N.E.)

15. Alusão ao ditado francês "*C'est la montagne qui accouche d'une souris*" ("É uma montanha parindo um rato"), usada à guisa de troça quando se obtêm resultados medíocres ou decepcionantes de um projeto grandioso. (N.E.)



Trata-se, sob todos os aspectos, de um exemplar da espécie chamada *acting out*, sem dúvida de pequeno porte, mas de muito boa constituição.

Só o prazer que parece trazer a seu parteiro é que me espanta. Achará ele que se trata de um produto válido do *id*,<sup>16</sup> que a excelência de sua arte teria conseguido provocar?

Que, certamente, a confissão que dele faz o sujeito tem todo o seu valor transferencial, disso não há dúvida, embora o autor tenha tomado a decisão deliberada, como sublinha, de nos poupar todos os detalhes concernentes à articulação — e aqui eu mesmo sublinho — *entre as defesas* (cuja desmontagem ele acaba de nos descrever) e *as resistências do paciente na análise*.

Mas, quanto ao ato em si, o que compreender dele, senão ver nisso propriamente uma emergência de uma relação oral primordialmente “suprimida”, o que sem dúvida explica o relativo fracasso da primeira análise?

Mas o fato de ela aparecer aqui sob a forma de um ato totalmente incompreendido pelo sujeito não nos parece, para este, ser de nenhum benefício, ainda que nos mostre, por outro lado, aonde leva uma análise das resistências que consiste em se confrontar com o mundo (os *patterns*) do sujeito para remodelá-lo segundo o do analista, em nome da análise das defesas. Não duvido que o paciente se sinta muito bem, no fim das contas, em entrar por isso mesmo numa dieta de miolos frescos. Assim estará praticando um *pattern* a mais, aquele que um grande número de teóricos confere, em termos apropriados, ao processo da análise, qual seja, a introjeção do eu do analista. Há que esperar, com efeito, que também aí seja da parte sadia que eles pretendem falar. E, nesse aspecto, as idéias do sr. Kris sobre a produtividade intelectual parecem-nos garantias adequadas para a América.

Parece supérfluo perguntar como ele se arranjará com os miolos frescos, os miolos reais, aqueles que se manda dourar na manteiga, sendo recomendável uma retirada prévia da pia-máter que requer muito cuidado. Mas não se trata de uma pergunta vã, pois suponhamos que fosse pelos rapazinhos que se descobrisse a mesma predileção, exigindo requintes não menores: não

16. Termo inglês aceito para o *Es* freudiano.

haveria, no fundo, o mesmo mal-entendido? E esse *acting-out*, como se diz, não seria igualmente alheio ao sujeito?

Isso quer dizer que, ao abordar a resistência do eu nas defesas do sujeito, ao fazer a seu mundo as perguntas que ele mesmo deveria responder, pode-se atrair para si respostas muito incongruentes, e cujo valor de realidade, a título das pulsões do sujeito, não é o que se faz reconhecer nos sintomas. É isso que nos permite compreender melhor o exame feito pelo sr. Hyppolite das teses trazidas por Freud na *Verneinung*.